

**PÁG 2** Eduardo Takamori, da Engie, assume Conselho da Abraceel no lugar de Paulo Tarso

**PÁG 4** Única associação convidada, Abraceel explica anseios do consumidor em seminário internacional da Aneel

**PÁG 7** “O consumidor do setor elétrico não é um ser abstrato. Sou eu, é você!” Rodrigo Ferreira palestra sobre o futuro do consumidor de energia

**PÁG 10** Em carta do FASE lida pelo presidente da Abraceel, setor elétrico defende reajustes e pede aprovação do PL 414/21

**PÁG 12** CNPE estabelece diretrizes para transição para o Novo Mercado de Gás

**PÁG 14** Abraceel na Mídia

**PÁG 16** Curtas

**PÁG 20** E o Congresso?

**PÁG 22** Próxima Semana

↶ **Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!**

## Eduardo Takamori, da Engie, assume Conselho da Abraceel no lugar de Paulo Tarso

### Matéria em 1 minuto:

- Paulo Tarso assume a recém-criada Diretoria de Comercialização de Energia da Galp;
- O Estatuto Social da Abraceel determina que perderá automaticamente o cargo de conselheiro aquele que, por qualquer razão, deixar de ser representante oficial da associada pela qual se inscreveu e foi vencedor no processo eleitoral;
- Conforme o resultado da última eleição, Eduardo Takamori, da Engie, assume vaga no Conselho.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

Eduardo Takamori, da associada Engie, assumiu uma cadeira no Conselho da Abraceel no dia 04.05, data da saída de Paulo Tarso, eleito pela Vivaz, que assumiu a Diretoria de Comercialização de Energia na Galp em maio de 2022.

Conforme determina o Estatuto Social da Abraceel, “perderá automaticamente o cargo de conselheiro aquele que, por qualquer razão, deixar de ser representante oficial da associada pela qual se inscreveu e foi vencedor no processo eleitoral”.

Nesse sentido, uma vez que Paulo Tarso renunciou ao cargo, a vaga foi transferida para Eduardo Takamori, primeiro suplente, conforme o resultado da eleição.

Takamori é graduado em Engenharia Elétrica na UFSC, com especializações em sistemas de potência e posteriormente em gestão empresarial. Iniciou sua carreira profissional na ENGIE em 2001 ainda como estagiário e permanece lá desde então, passando pelas diretorias Financeira, de Operação, Planejamento e Comercialização de Energia, e, mais recentemente, de Estratégia e Regulação de Energia. Atualmente ocupa a posição de Gerente de Assuntos Regulatórios e de Mercado e é membro do Conselho de Administração da ENGIE Geração Solar Distribuída. Foi conselheiro da Abraceel entre março de 2019 e março de 2021.





## Replicamos mensagem enviada em 04.05 pelo Paulo Tarso informando sobre a renúncia do cargo

*Informei hoje ao presidente do Conselho da Abraceel, Ricardo Lisboa, e agora há pouco ao mercado, que estou assumindo um novo desafio.*

*Assumi a partir de maio/22 a Diretoria de Comercialização de Energia na Galp no Brasil, dando início a um novo projeto desafiador e interessante para minha carreira e contribuindo para a inserção de mais um grande player global de energia interessado em investir no mercado de energia brasileiro.*



*Diante disso, precisarei deixar o cargo de conselheiro da Associação, porém com o sentimento de dever cumprido. Diversos pleitos da Abraceel foram alcançados e conseguimos, como Conselho de Administração, realizar uma grande transição na presidência-executiva da Abraceel, além de avanços representativos na abertura de mercado, segurança de mercado e formação de preços, bandeiras estratégicas da Associação.*

*Me sinto em casa na Abraceel e brevemente estarei de volta.*

*Um abraço a todos!"*

Agradecemos ao Paulo Tarso por todos os anos de participação no Conselho de Administração e pela forte atuação em prol do desenvolvimento do mercado livre, desejando sucesso nos novos desafios profissionais. Aproveitamos para dar as boas-vindas ao nosso novo conselheiro, Eduardo Takamori!



## Única associação convidada, Abraceel explica anseios do consumidor em seminário internacional da Aneel

### Matéria em 1 minuto:

- Evento contou com autoridades públicas e especialistas nacionais e internacionais reunidos para debater as principais mudanças advindas de um consumidor progressivamente mais ativo e definidor dos rumos do setor elétrico;
- Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e deputados federais defendem a abertura do mercado de energia com solução estrutural para a modicidade tarifária e incremento da competitividade;
- Com estratificação de uma pesquisa global, especialista da EY mostrou dados exclusivos que mostram o que deseja o consumidor brasileiro e o que ele espera das empresas fornecedoras.



Tempo de leitura:  
**3 minutos**

No dia 05.05, a Aneel realizou em São Paulo o Seminário Internacional “O Futuro do Consumidor de Energia Elétrica”. O objetivo foi traçar um panorama das principais mudanças esperadas com a ascensão do consumidor ao centro da tomada de decisões no setor elétrico a partir, por exemplo, da abertura do mercado de energia, movimento que avança e é tema principal do PL 414/2021. O encontro trouxe experiências e visões de autoridades governamentais e especialistas nacionais e internacionais. A Abraceel foi a única associação convidada pela agência reguladora para analisar o assunto.

Sandoval Feitosa, diretor da Aneel e seu próximo Diretor Geral, inaugurou o evento explicando que alterações significativas no modelo comercial e de prestação de serviços de energia elétrica terão de ocorrer diante da necessidade de acompanhar as rápidas mudanças promovidas pelo avanço da tecnologia e pela modernização da regulação.



SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO  
DIRETOR DA ANEEL



O FUTURO DO  
CONSUMIDOR



Em seguida, os deputados federais Danilo Forte (União-CE) e Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) trouxeram suas respectivas avaliações sobre a necessidade de modernizar as regras setoriais, promover a abertura do mercado de energia, dar direito de escolha ao consumidor e aproveitar o potencial brasileiro de aproveitamento de fontes renováveis de energia, incorporando a digitalização e novos serviços.

Em momento de divergência, quando Forte afirmou que a agência reguladora deve explicar e rever os aumentos tarifários que têm sido autorizados este ano, Jardim foi enfático em defender o papel do regulador, a segurança jurídica, a estabilidade e o respeito aos contratos, informando que o debate meritório não pode ser substituído por decisões abruptas que reverterem decisões do órgão regulador.

O Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, alinou-se a Jardim e parabenizou a Aneel por ser uma instituição de referência internacional, defendeu a necessidade de respeitar a segurança jurídica, a previsibilidade e o respeito aos contratos no setor elétrico. Frisou que, mesmo com crises ao longo de dois anos, como a pandemia e a escassez hídrica, foram realizados 20 leilões na área energética. Por fim, disse que a modernização do setor elétrico já teve início, com a repactuação do risco hidrológico, a realocação de riscos e custos do setor e a capitalização da Eletrobras.

Além disso, o ministro enfatizou que a continuidade dessa modernização se dá com a aprovação do PL 414/2021. "A abertura gradual de mercado já prevista na legislação e o consequente aumento do poder de escolha pelo consumidor potencializa a oferta de serviços diferenciados e a utilização de novos serviços tecnológicos", disse Bento Albuquerque.



Em seguida, Greg Guthridge, da EY Global Energy & Resources Customer Experience Transformation Leader, apresentou dados de uma pesquisa global da sua empresa de consultoria, estratificando números da opinião do brasileiro sobre o futuro da prestação do serviço de energia elétrica diante da abertura do mercado.

Principais destaques: 84% dos brasileiros olham seu consumo mensalmente procurando gerenciá-lo, 73% querem soluções com foco em economia e 69% querem seu fornecedor com produtos sustentáveis. Além disso, a pesquisa também demonstrou as prioridades do consumidor brasileiro: 1) qualidade, 2) preço, 3) facilidade, 4) sustentabilidade e 5) sob demanda.

O evento completo pode ser acessado [aqui](#).



## “O consumidor do setor elétrico não é um ser abstrato. Sou eu, é você!” Rodrigo Ferreira palestra sobre o futuro do consumidor de energia

### Matéria em 1 minuto:

- No Seminário Internacional da Aneel, Rodrigo Ferreira é destaque do primeiro painel, que tratou da participação ativa dos consumidores;
- O presidente da Abraceel abordou o quão atrasado o país está por ainda não ter liberalizado o mercado de energia por completo e que é possível avançar 20 anos em apenas dois meses;
- Apresentou também os anseios que o consumidor de energia possui em um mundo com tamanha tecnologia e integração.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

Em painel dedicado a analisar a participação ativa dos consumidores em setores distintos da economia, Rodrigo Ferreira, apresentou no Seminário Internacional “O Futuro do Consumidor de Energia Elétrica” uma visão sobre quais são e como atender os anseios do consumidor em um mercado liberalizado de energia com base em experiências internacionais e pesquisas realizadas pela associação.

O painel contou com outros palestrantes que abordaram temas correlatos, moderados por Efrain Cruz, diretor da Aneel.



Rodrigo Ferreira inaugurou a apresentação com a leitura de uma carta do Fórum de Associações do Setor Elétrico (Fase) em defesa do respeito aos contratos, da estabilidade institucional e da segurança jurídica no setor elétrico, manifestação realizada em razão da aprovação abrupta e repentina de um requerimento de urgência para tramitar, diretamente no Plenário da Câmara dos Deputados, um projeto de decreto legislativo - PDL 94/2022 – que propõe sustar resolução da Aneel que autorizou reajuste tarifário anual em área de concessão no Ceará, com risco de que a medida seja estendida para outras distribuidoras. O posicionamento foi subscrito pelas 27 associações setoriais que compõem o fórum e você pode ver mais detalhes na próxima matéria.

Iniciando sua apresentação, Rodrigo fez uma reflexão sobre o futuro do consumidor e o quão atrasado está o país nessa área, por demorar em promover a abertura integral do mercado. Além disso, relatou que o consumidor do setor elétrico não é um ser abstrato, são pessoas reais com o anseio de serem protagonistas e poderem escolher o próprio fornecedor de energia.

Em um momento de nostalgia, Rodrigo Ferreira trouxe imagens de como era o mundo de 23 anos atrás, apontando que a tecnologia provocou mudanças profundas em todas as áreas, menos no setor elétrico, que ainda conta com um mercado varejista onde o consumidor é cativo. “Lá (em 2003, data a partir da qual o poder concedente já poderia ter instituído regras de abertura do mercado elétrico, segundo a Lei 9.074/1995), quando as pessoas ainda utilizavam o celular Nokia, pegavam e devolviam filmes na Blockbuster e escutavam músicas em CDs, a Aneel propôs que todos os consumidores fossem livres. Hoje, com acesso irrestrito à tecnologia, com serviços de streaming e até a oportunidade de acessar uma reunião de diretoria da Aneel em qualquer lugar do mundo, o Brasil ainda não é livre (no mercado de energia)”, disse.



O consumidor do século XXI deseja que tudo seja integrado: bateria, medidor digital, app, veículo elétrico, resposta da demanda, mobilidade e geração renovável, afirmou Ferreira, e o que pode proporcionar essa realidade é a abertura de mercado, pois o mercado livre é o modelo comercial da transição energética.

Trazendo diversos exemplos de serviços oferecidos por empresas que atuam em mercados onde há liberdade de escolha irrestrita, o Presidente Executivo da Abraceel deixou evidente as mudanças que a competição, a inovação e a tecnologia tendem a provocar no Brasil. Nos casos mencionados, é possível comprar energia produzida na própria comunidade, como forma a impulsionar o desenvolvimento local, além de opções do dia e horário mais apropriados para comprar energia. Além disso, mostrou opções que permitem a troca da empresa contratada sem nenhum custo adicional e as diversas opções que enfatizam a criatividade e a inovação dos operadores em benefício do consumidor.

Ao final, Rodrigo mencionou mitos propagados nos últimos anos com intuito de atrasar ou restringir a abertura de mercado de energia no Brasil em assuntos como expansão da oferta de energia, segurança no suprimento elétrico, medidores inteligentes, legislação existente, prazos para a abertura, equilíbrio financeiro setorial e eventuais sobras de energia.

A Abraceel produziu e divulgou, em diversos canais de comunicação, inclusive site e mídias sociais, um [conteúdo especial](#) detalhando informações que contextualizam corretamente os assuntos que geralmente aparecem distorcidos e sem embasamento técnico.



No mesmo painel, estiveram presente Ricardo Morishita, professor de direito do consumidor do Instituto Brasiliense de Direito Público, Agnes da Costa, Chefe da Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios do MME, Lavínia Hollanda, pesquisadora na Escopo Energia e como moderador, Efrain Cruz, diretor da Aneel.

A apresentação completa pode ser acessada [aqui](#).

## Em carta do FASE lida pelo presidente da Abraceel, setor elétrico defende reajustes e pede aprovação do PL 414/21

### Matéria em 1 minuto:

- Todas as associações do FASE assinaram carta na qual consideram “incompreensível e temerária” qualquer medida para sustar efeitos de reajustes tarifários;
- Câmara dos Deputados precisa debater “os conteúdos das tarifas de energia elétrica, buscando especialmente a eliminação de custos desnecessários, bem como a redução de tributos e encargos”, indicam associações;
- Carta direcionada ao Presidente da Câmara dos Deputados enfatiza ainda que a aprovação do PL 414/2021 é solução estrutural para reduzir custos dos consumidores com energia.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

Leia a íntegra de carta elaborada e divulgada pelo Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE):

### Ao Presidente da Câmara dos Deputados, Exmo. Deputado Artur Lira,

O Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE), organização que congrega 27 associações setoriais, nesta manifestação vem pugnar pela manutenção dos devidos processos legais que culminaram no reajuste das tarifas de energia elétrica, pelas seguintes razões.

Os reajustes concedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica são lastreados em contratos de concessão de serviço público, que por sua vez são derivados da lei e da Constituição Federal.

O setor elétrico brasileiro é exemplo de solidez e orgulho para a nação brasileira, fruto de um conjunto de regras estruturadas, tecnicamente reconhecido por sua complexidade e qualidade, e que entrega o mais universal serviço prestado para a população.

Ao longo de muitos anos, o setor elétrico conquistou o reconhecimento necessário e alcançou grau máximo de segurança para investidores, e é por esta razão que bilhões de reais são investidos anualmente em todo os segmentos de atuação (geração, transmissão e distribuição).

Vale dizer que esse setor é estruturado, viabilizado e garantido através de recursos financeiros estabelecidos em um regime tarifário previsto na Constituição Federal e na lei, aplicado de forma transparente e detalhada pela ANEEL, tudo amparado nos contratos e em processo regulatório amplamente discutido com a sociedade por meio de consultas e audiências públicas.



E exatamente por isso, é incompreensível e temerária qualquer medida que vise a sustar os efeitos dos reajustes previstos em lei e em contratos de concessão celebrados com a União, regularmente estabelecidos pela ANEEL e aplicados pelas distribuidoras, que como dito, são importantes para viabilizar o fluxo de pagamentos para toda a cadeia de segmentos do setor elétrico, cujos custos estão inseridos na tarifa regulada.

Esse sinal de descumprimento das regras já consterna os principais agentes, financiadores e investidores da infraestrutura nacional, pois a adoção de medidas políticas para sustar instrumentos previstos em lei e em contratos aumenta vertiginosamente a insegurança jurídica.

As associações que representam o FASE clamam para que Vossa Excelência promova uma adequada discussão na Câmara dos Deputados sobre os conteúdos das tarifas de energia elétrica, buscando especialmente a eliminação de custos desnecessários, bem como a redução de tributos e encargos. Para que isso aconteça, solicitamos que não seja pautado nenhum dos instrumentos que visam a impedir a operacionalização dos reajustes tarifários, porquanto estes são a certeza de que serão cumpridos os compromissos setoriais com os consumidores e os investidores.

Por fim, destacamos que tramita na Câmara dos Deputados, o PL 414/2021 que trata da modernização do setor elétrico nacional, já aprovado no Senado Federal. A aprovação desse Projeto de Lei sim, poderá reduzir, de forma estrutural, os custos com energia para todos os brasileiros.

Atenciosamente,

Mário Menel  
Presidente  
FASE

## CNPE estabelece diretrizes para transição para o Novo Mercado de Gás

### Matéria em 1 minuto:

- Destaque para harmonização entre as regulações estaduais e a federal e também para a fusão das áreas de mercado, medidas defendidas pela Abraceel para desenvolver o mercado livre de gás natural;

- Outro importante destaque: a ANP, MME e CADE deverão elaborar em até 180 dias um diagnóstico analisando as condições concorrenciais do mercado de gás natural e, caso necessário, uma proposta de programa para desconcentração da oferta (gas release).



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

No dia 03.05, o CNPE publicou a Resolução 03/2022, que estabelece diretrizes estratégicas para o desenho do novo mercado de gás natural, aperfeiçoamentos de políticas energéticas voltadas à promoção da livre concorrência e fundamentos do período de transição, preservando a segurança do abastecimento e a qualidade do gás natural.

Tais princípios são defendidos pela Abraceel para incentivar o mercado livre de gás natural, e também estão alinhados com a agenda de trabalho de 2022 do Fórum do Gás, organização que passou a ter a coordenação-geral sob responsabilidade de Bernardo Sicsú, Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação da Associação.

Dentre as diretrizes, vale destacar o reforço para a promoção do acesso, a harmonização entre as regulações estaduais e a federal e a transparência na formação dos preços, tanto das transações atacadistas como varejistas. Agora, há prazo de até 180 dias para a conclusão das negociações dos operadores de instalações e infraestruturas essenciais com os terceiros interessados no acesso.

O texto estabelece ainda a implementação de estímulos à concorrência que limitem a concentração de mercado e promovam efetivamente a competição na oferta de gás natural, incentivos ao desenvolvimento dos mercados de curto prazo e secundário, de molécula e de capacidade, e a promoção da independência comercial e operacional das transportadoras.

O CNPE também estabeleceu período de transição para o novo desenho do mercado de gás natural, até o término do processo de fusão das áreas de mercado de capacidade do sistema de transporte, até que os agentes consigam acessar integralmente o conjunto de gasodutos operados por transportadoras distintas.



Além disso, durante o período de transição, o MME publicará em seu site o acompanhamento dos prazos indicativos para a conclusão, pelos agentes da indústria, do conjunto de providências necessárias para adequação ao novo desenho de mercado, tais como (i) adequação necessária à interconexão dos gasodutos de transporte; (ii) plataformas eletrônicas para oferecimento de capacidade de transporte e para comercialização de gás natural; e (iii) elaboração do código de conduta e prática de acesso à infraestrutura e códigos de rede.

A resolução recomenda que o MME, em conjunto com o Ministério da Economia, incentive os estados a adotarem reformas e medidas estruturantes na prestação dos serviços de gás canalizado, incluído eventuais aditivos aos contratos de concessão, de forma a refletir boas práticas regulatórias, recomendadas pela ANP, que incluem participação dos consumidores livres e efetiva separação entre as atividades de comercialização e distribuição.

Adicionalmente, é recomendado que a ANP, em articulação com o MME, ME e CADE, elabore em até 180 dias um diagnóstico sobre as condições concorrenciais do mercado de gás natural e, caso necessário, proposta de programa de desconcentração da oferta, o chamado gas release. Também é recomendado que a ANP estabeleça as áreas de mercado de capacidade, de forma a favorecer e acelerar o processo de fusão entre elas. Em outra determinação, o MME, em conjunto com o Ministério da Economia, ANP, EPE e CADE, deverá monitorar a implementação das ações necessárias à abertura do mercado de gás natural, devendo propor medidas adicionais e complementares ao CNPE. Para assegurar a transparência do referido monitoramento, deverá ser disponibilizado relatório trimestral simplificado com o status definido pelo CNPE.

A íntegra da Resolução CNPE 03/22 está disponível no site da Abraceel, seção “Biblioteca>Contribuições e Notas Técnicas”.



# ABRACEEL NA MÍDIA



## MERCADO LIVRE DE ENERGIA BATE RECORDE DE FATURAMENTO

### I TV CNN Brasil

[Assista a matéria clicando aqui.](#)



## MERCADO LIVRE DE ENERGIA BATE RECORDE DE FATURAMENTO

### I CNN Money Spotify

[Ouça o trecho do podcast clicando aqui.](#)



## MERCADO LIVRE CRESCEU 25% EM 2021, AFIRMA ABRACEEL

### I Canal Energia

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



## NEGOCIAÇÕES NO MERCADO LIVRE CRESCEM 32,8% EM 2021, APONTA ABRACEEL

### I MegaWhat

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)





# ABRACEEL NA MÍDIA



**COMO É A PROPOSTA PARA QUE OS BRASILEIROS ESCOLHAM DE QUEM COMPRAR ENERGIA ELÉTRICA**

**I GZH - Marta Sfredo**

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



**SUSPENDER REAJUSTES PODE GERAR INSEGURANÇA JURÍDICA NO SETOR, APONTA FASE**

**I Canal Energia**

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)





## CURTAS

### **Abraceel irá sugerir prioridades para agenda de trabalho da Cpamp**

No dia 11.05, às 9h, será realizado Workshop do GT Metodologia da CPAMP para discutir a priorização dos próximos temas a serem aprofundados pelo grupo, assim como seus respectivos cronogramas de implementação. Em reunião realizada no dia 07.12.2021, as associadas priorizaram ações dentre as 15 sugestões feitas pela PSR no estudo sobre modelos. Com base nisso, a Abraceel irá sugerir no Workshop do GT Metodologia os seguintes temas para serem trabalhados pelo grupo no próximo ciclo: i) representação da carga e geração renovável: aprofundar os estudos para representação dessas variáveis de forma probabilística; ii) representação mais detalhada de variáveis hidráulicas, como: representação dos reservatórios individualizados (Newave híbrido), representação desagregada de geradores das usinas hidrelétricas (unit commitment hidráulico), representação das restrições operativas hidráulicas nos modelos, como a construção das restrições ambientais de forma linearizada; iii) continuidade no aprofundamento dos temas aprovados no ciclo atual, tais como: verificar a qualidade da janela móvel de 12 meses do Par(p)-A frente a outras possibilidades; e melhora da performance computacional do modelo, para acelerar o processo de convergência. Além disso, será reforçada a importância de consulta pública para

discussão da agenda final. As associadas podem enviar comentários sobre a sugestão da Abraceel ou sugestões adicionais para o e-mail [gt@abraceel.com.br](mailto:gt@abraceel.com.br). Para participar do workshop, [acessar](#):

### **Abraceel pede esclarecimento à Aneel sobre habilitação de filiais**

Em carta enviada ao Superintendente de Concessões e Autorizações para Geração (SGG) da Aneel, Carlos Eduardo Cabral, a Abraceel pediu esclarecimentos quanto à possibilidade de comercialização de energia por parte de filiais de empresas já autorizadas. Essa dúvida decorre de posicionamentos diversos ao longo do tempo, sendo que a CCEE explicou recentemente que o CNPJ, da matriz ou filial, deve constar expressamente na outorga de autorização para que essa possa desempenhar sua atuação como comercializadora. Assim, a filial poderia solicitar a autorização por meio de novo processo de adesão à CCEE, apresentando toda a documentação requerida. Outra possibilidade, em ato contínuo à autorização da matriz, poderia ser demandar que também seja autorizado expressamente o exercício da atividade para a filial. A carta pode ser lida na íntegra através do [link](#).

### **Aneel irá detalhar norma definitiva para exportação de energia**

A Aneel instaurou a Consulta Pública 20/2022, que objetiva aprovar as Regras e os Procedimentos de Comercialização atinentes à Portaria MME 418, de novem-



bro de 2019, sobre exportação de energia elétrica interruptível sem devolução, destinada à Argentina e ao Uruguai, proveniente de usinas termelétricas. À época, a Abraceel contribuiu à Consulta Pública 84/2019 do MME, pois a norma trouxe mecanismo de oferta de preço para a exportação, o que foi muito positivo para abrir oportunidades de negócios com exportação para os comercializadores. Para que as diretrizes da portaria tivessem início célere, foram aprovadas regras em caráter provisório em 2020. Dessa forma, a consulta pública objetiva a publicação da versão definitiva. A Abraceel irá avaliar as regras propostas para eventual contribuição. As associadas que tiverem sugestões e experiências práticas sobre o tema podem enviar para [gt@abraceel.com.br](mailto:gt@abraceel.com.br).

## Associada Bolt lança podcast sobre mercado livre de energia

A associada Bolt lançou “O Boltcast”, podcast com propósito de esclarecer e simplificar o funcionamento do setor elétrico para estudantes, consumidores, técnicos e investidores, de forma leve e descontraída. O programa tem a finalidade de conectar o mercado de energia a novas práticas de gestão e negócios de vários setores produtivos da economia. Acesse o podcast [aqui](#).

## Entre no grupo de informes da Abraceel no WhatsApp

A Abraceel possui um grupo no WhatsApp para o envio de comunicados em primeira mão às associadas. Os profissionais das empresas associadas que desejem ingressar nesse grupo devem escrever para [abraceel@abraceel.com.br](mailto:abraceel@abraceel.com.br) e informar o número de celular.



## Reunião com a Comerc e Volt Robotics

No dia 02.05 a Abraceel se reuniu com Ana Carla Petti, da Comerc, e com Donato Filho, da Volt Robotics, para esclarecer aspectos da proposta da Abraceel sobre monitoramento de operações. Foram explicados detalhes de assuntos, como fator de alavancagem e métricas usadas para seu cálculo. A Abraceel se coloca à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas das associadas sobre o tema em novas conversas.

## Curso destaca aspectos práticos e regulatórios no acesso à transmissão

Ministrado por Rômulo Ristow em parceria com a Head Energia, o curso abordará o passo a passo desde a DRO até Operação Comercial com foco na conexão, critérios de análise e os motivos técnicos que aprovam ou reprovam um pedido de acesso, riscos de conexão no mercado regulado versus mercado livre e como mitigar esses riscos, detalhes das Notas Técnicas e pareceres que precisam ser analisados. As aulas serão online durante os dias 31.05, 02.06, 07.06 e 09.06, das 19 às 21h, e as gravações ficarão disponíveis por 6 meses. Ementa completa e inscrições: <https://pay.kiwify.com.br/3qpjvu5> e mais informações no e-mail: [contato@headenergia.net](mailto:contato@headenergia.net). Associadas da Abraceel têm direito a um voucher de R\$100,00 de desconto no curso.

## Portaria sobre cálculo de garantias físicas é publicada

No dia 06.05, foi publicada a [Portaria Normativa MME 43/2022](#), que define as premissas gerais a serem utilizadas na aplicação da metodologia, definida na Portaria MME 101/2016, sobre o cálculo da garantia física de energia de novas usinas hidrelétricas e termelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS. As alterações metodológicas aprovadas pela Cpamp já foram consideradas.

## “Porque podemos escolher a operadora telefônica e não a energia elétrica?”, questiona o Secretário da Economia em programa de TV



No dia 05.05, o Secretário de Desestatização, Desinvestimento e Mercados no Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, participou do programa Pânico Jovem Pan e abordou o projeto de lei 414/21, que discute a portabilidade da conta de luz e que está em tramitação na Câmara dos Deputados. Enfatizou a necessidade da abertura de mercado a todos os consumidores, o que proporcionaria preço cerca de um terço menor aos brasileiros. Confira a íntegra da entrevista [aqui](#).

## Aberta consulta pública do leilão das térmicas da lei de capitalização da Eletrobras

Está aberta a [Consulta Pública 126/2022](#) do MME para discutir a minuta de portaria contendo as diretrizes para a realização do Leilão de Energia de Reserva proveniente de térmicas a gás natural, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.182, de 2021, de capitalização da Eletrobras. A Abraceel irá avaliar o assunto para eventual contribuição à Consulta Pública, que recebe contribuições até 20.05.

## ARPE disciplina a comercialização de gás em Pernambuco

No dia 05.05 foi publicada a Resolução nº 212 da Agência de Regulação de Pernambuco (ARPE), que trata sobre a comercialização de gás no estado. No texto são estabelecidas algumas diretrizes, como a de que a autorização, fiscalização e monitoramento do comercializador devem ser realizados pela própria ARPE e que é necessário que haja um pagamento de taxa de fiscalização, assinatura de termo de compromisso e apresentação dos contratos com preço ao estado por parte do comercializador. Ademais, também foi disciplinado que a venda de excedente por parte do consumidor só será possível se esse se tornar comercializador. A Resolução pode ser lida na íntegra no [link](#).

## Associadas Abraceel tem 10% de desconto no ENASE

O Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico (ENASE), que reúne os principais



players do setor, terá como tema principal, em sua 19ª edição, “Um olhar para 2023-2026”, relacionando o futuro e as perspectivas para os próximos anos e as eleições no Brasil. O evento ocorrerá nos dias 08 e 09.07 no Expo Mag, Rio de Janeiro, e as inscrições estão abertas pelo [link](#). **As associadas da Abraceel têm desconto de 10% utilizando o código 10ABRACEEL.**





### Deputados não querem saber de aumentos tarifários

Não foi só a aprovação do piso salarial da enfermagem que ganhou os holofotes dos parlamentares na última semana. Na terça (03.05), os deputados aprovaram requerimento de urgência para o PDL 94/2022, que susta os efeitos da Resolução Homologatória nº 3.026, de 19 de abril de 2022, que homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2022 referentes à Enel Ceará.

O deputado Domingos Neto (PSD-CE), autor da matéria, disse que o objetivo é alterar os reajustes autorizados pela Aneel em outros estados. A Comissão de Minas e Energia (CME) vai realizar, no dia 12.05, audiência pública para debater os reajustes nas tarifas de energia elétrica no Estado do Ceará.

Durante a votação da matéria em Plenário, o deputado Paulo Ganime (Novo-RJ) apontou que os aumentos tarifários eram consequência de medidas populistas anteriormente aprovadas. Para uma verdadeira mudança na política setorial, defendeu a aprovação do PL 414, com mudanças positivas e estruturantes para o setor de energia elétrica brasileiro.

A CME também fez sua primeira reunião deliberativa na quarta, sob a presidência do deputado Fábio Schiochet (União-SC). A reunião aprovou apenas requerimentos de audiência pública para debate de temas diversos, por exemplo, a possível venda da Enel Goiás e a produção de etanol em microdestilarias e em cooperativas de pequenos produtores e comercialização direta e tributação.

### E o PL 414?

A janela de oportunidade está cada vez mais curta, com a previsão dos trabalhos reduzirem o ritmo após o feriado de junho (Corpus Christi). Na próxima semana, a Abraceel possui agenda com o relator, deputado Fernando Filho (União-PE), para destacar a importância de avançar com a tramitação da matéria ainda no primeiro semestre.



### **Pela aprovação do PL 414, a Abraceel segue cumprindo agenda na Câmara**

Na terça, a Abraceel esteve reunida com a deputada Jaqueline Cassol (PP-RO), Lucas Redecker (PSDB-RS) e Danilo Forte (União-CE). Na pauta, o PL 414 e a importância da sua aprovação. Para cada reunião, a Associação apresentou os dados do mercado livre nos respectivos estados dos parlamentares, apontando os benefícios da total abertura.



 **PRÓXIMA  
SEMANA**

**09.05 - Segunda-feira:** Abraceel se reúne com a Conselheira Roseane Santos da CCEE para debater segurança de mercado, às 9h;

Abraceel se reúne com Eduardo Teixeira, Head de Mercados e Consumidores da ERSE, regulador de Portugal, às 14h;

Abraceel se reúne com o Diretor Geral da Copel Mercado Livre, Fillipe Soares, para debater a agenda do mercado de energia, às 15h.

**10.05 - Terça-feira:** Abraceel se reúne com a Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos (ABREN) para discutir a agenda do mercado de energia, às 14h.

**11.05 - Quarta-feira:** Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, com o apoio da Abraceel, realiza café da manhã no Senado Federal em defesa da aprovação o PL 414/2021, às 8h;

Abraceel participa do Workshop do GT Metodologia da Cpamp que irá discutir a agenda de trabalho prioritária para o próximo ciclo, às 9h;

Conselho de Administração da Abraceel se reúne às 15h, de forma presencial, em Brasília, com possibilidade de acompanhamento remoto pelas associadas. A pauta e os dados de acesso foram encaminhados aos representantes por e-mail no dia 03.05.

**12.05 - Quinta-feira:** Rodrigo Ferreira participa do evento da associada (re)energisa, às 9h;

Grupo Técnico da Abraceel se reúne para discutir a contribuição da Associação sobre monitoramento de alavancagem e garantias do MCP para as consultas públicas 10 e 11/2022 da Aneel, às 10h.

